



A OBRIGATORIEDADE DA ESCOLHA E A ESCOLHA OBRIGATÓRIA: O CASO DA GRATIFICAÇÃO ANUAL POR EFICIÊNCIA E RESULTADO

GT 2: EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Trabalho completo

Regina Dezsi do Nascimento VILARINDO (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)

Pesquisadora.reginadezsi@gmail.com

Danilo Garcia da SILVA (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)

danilogsilvas@gmail.com

Resumo

O artigo examina o impacto da imposição de recursos tecnológicos na educação por meio do Decreto nº 984/2024, que regulamenta o uso de tecnologia por educadores para o recebimento de gratificações. Discute os desafios enfrentados pelos professores, como a perda de autonomia e a pressão por resultados. A formação continuada é vista como essencial para uma implementação eficaz dos recursos, enquanto reflexões críticas sugerem que a obrigatoriedade pode gerar resistências. O texto propõe um equilíbrio entre as exigências tecnológicas e a autonomia docente para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Tecnologias educacionais. Autonomia docente. Diretrizes governamentais.

1 Introdução

A implementação de tecnologias educacionais nas escolas brasileiras tem se intensificado, especialmente em resposta a diretrizes governamentais que buscam modernizar a educação. O Decreto nº 984, de 27 de agosto de 2024, regulamenta a gratificação por eficiência e resultado, enfatizando a necessidade de utilização de recursos tecnológicos pelos educadores. Esta exigência, embora justificada pelo desejo de melhorar os índices educacionais, levanta questões sobre a autonomia docente e a eficácia dessa imposição.

Nos últimos anos, a integração de recursos tecnológicos no ambiente escolar foi vista como uma solução para desafios como o analfabetismo e a evasão escolar. Segundo o Ministério da Educação (MEC), a adoção de tecnologias no ensino pode auxiliar no desenvolvimento de competências essenciais, preparando os alunos para um mercado de trabalho cada vez mais digitalizado. Entretanto, essa pressão para se adaptar à tecnologia pode gerar um clima de ansiedade e insegurança entre os educadores, que muitas vezes não recebem a formação adequada para utilizar esses recursos de maneira eficaz.

O uso de tecnologias no ensino não se restringe apenas à inclusão de dispositivos ou plataformas, mas envolve uma mudança de paradigma na forma como a educação é conduzida. Autores como Moran (2013) afirmam que a tecnologia deve ser vista como um meio para potencializar a interação e o aprendizado significativo, e não como um fim em si mesma. A imposição de um uso obrigatório, portanto, pode desvirtuar essa perspectiva, levando os educadores a utilizarem os recursos apenas para cumprir exigências e não para enriquecer suas práticas pedagógicas.

Além disso, a dependência de um sistema que vincula gratificações ao cumprimento de metas pode criar um ambiente de competição em vez de colaboração entre os profissionais da educação. Segundo Carvalho (2018), essa competição pode prejudicar a troca de experiências e o desenvolvimento de um trabalho em equipe, aspectos fundamentais para o sucesso da educação. É necessário promover um ambiente onde os educadores se sintam apoiados e valorizados, ao invés de pressionados a atingir resultados em detrimento de sua autonomia e criatividade.

Por fim, o debate sobre a obrigatoriedade do uso de recursos tecnológicos deve ser acompanhado de uma reflexão crítica sobre as políticas educacionais. A formação continuada dos educadores é um fator crucial para garantir que a tecnologia seja integrada de forma significativa ao processo de ensino-aprendizagem. Sem essa formação, os educadores podem se sentir desmotivados e incapazes de utilizar os recursos de maneira eficaz, comprometendo assim os objetivos estabelecidos pelo governo em relação à qualidade da educação.

2 Pressão e autonomia dos educadores frente às diretrizes governamentais

A inclusão de tecnologias na educação contemporânea não é apenas uma tendência, mas uma necessidade imposta pela evolução das dinâmicas de ensino-aprendizagem. Prensky (2001) argumenta que vivemos em uma era onde os alunos, os chamados "nativos digitais", estão imersos em ambientes tecnológicos desde a infância. Essa familiaridade com a tecnologia gera expectativas em relação à utilização de recursos digitais no processo educativo, exigindo que os educadores se adaptem a essa nova realidade.

Por outro lado, Hattie (2009) destaca que a tecnologia deve ser usada como um mediador do conhecimento, capaz de potencializar a aprendizagem. Ele aponta que o uso de recursos tecnológicos pode trazer melhorias significativas no desempenho dos alunos, especialmente quando aliados a métodos pedagógicos adequados. No entanto, essa implementação deve ser

cuidadosamente planejada, considerando as competências e a formação dos educadores, para que a tecnologia não se torne um mero adereço, mas sim um componente integrado ao ensino.

O conceito de "formação continuada" é central nesse contexto, pois garante que os educadores se mantenham atualizados em relação às inovações tecnológicas. De acordo com Mizukami (2011), a formação deve ser contínua e alinhada às demandas do ambiente escolar, permitindo que os profissionais desenvolvam competências que atendam às necessidades de suas turmas. Sem essa formação, os educadores podem sentir-se inseguros e sobrecarregados diante das novas exigências, resultando em uma resistência à adoção de tecnologias.

Cunha (2018) acrescenta que a pressão para utilizar tecnologias pode gerar um ambiente de estresse e ansiedade entre os educadores. Essa pressão, oriunda da necessidade de atender às metas estipuladas pelo governo, pode levar a um uso superficial dos recursos, onde a profundidade do ensino é sacrificada em prol de resultados imediatos. O foco na gratificação por eficiência pode resultar em um ciclo de competição prejudicial, em vez de colaboração entre os profissionais da educação.

Além disso, as implicações éticas da obrigatoriedade de uso de tecnologias merecem ser discutidas. Apple (2006) levanta questões sobre a autonomia docente e a liberdade pedagógica, enfatizando que a imposição de recursos pode limitar a criatividade e a inovação no ambiente escolar. A educação deve ser um espaço de experimentação e adaptação, onde os educadores têm a liberdade de escolher os melhores recursos que atendam às necessidades de seus alunos.

O Decreto nº 984, de 27 de agosto de 2024, regulamenta a Gratificação Anual por Eficiência e Resultado dos profissionais da educação básica e demais servidores lotados na Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Esta gratificação é condicionada à implementação de práticas e ao uso de tecnologias educacionais, enfatizando a importância de formação contínua e adaptação dos educadores a um ambiente cada vez mais digitalizado.

Esse decreto se insere em um contexto mais amplo, no qual a educação busca não apenas a eficiência em resultados, mas também a qualidade do aprendizado. A obrigatoriedade do uso de recursos tecnológicos, conforme estipulado, reflete uma estratégia do governo para elevar o estado de Mato Grosso ao patamar dos melhores do Brasil em educação. Contudo, essa imposição gera desafios significativos para os educadores, que podem sentir-se pressionados a cumprir metas sem o suporte adequado.

A imposição de recursos tecnológicos no ambiente educacional, conforme estabelecido pelo Decreto nº 984, traz à tona uma discussão importante sobre a pressão que os educadores enfrentam em suas práticas pedagógicas. Enquanto a utilização de tecnologias pode enriquecer o ensino, a obrigatoriedade dessa adoção pode ser vista como uma ameaça à autonomia docente.

A pressão por resultados e a vinculação de gratificações à eficiência no uso desses recursos criam um cenário onde o foco pode se desviar do aprendizado real dos alunos.

Muitos educadores expressam preocupação quanto à sua capacidade de integrar os recursos tecnológicos de maneira eficaz em suas aulas. A falta de formação específica e suporte contínuo para o uso dessas tecnologias pode gerar um sentimento de inadequação e sobrecarga entre os professores. Segundo Dias e Silva (2020), essa sensação de pressão pode levar à resistência ao uso de novas metodologias, resultando em um ambiente de trabalho marcado pela frustração e pelo esgotamento.

Além disso, a obrigatoriedade do uso de recursos tecnológicos pode promover um ambiente competitivo entre os educadores, onde o foco nas métricas de desempenho pode eclipsar a colaboração e a troca de experiências. Nesse contexto, os profissionais podem sentir que suas práticas pedagógicas são avaliadas mais pela adesão a tecnologias do que pela qualidade do ensino que proporcionam. Isso levanta a questão de como garantir um ambiente de trabalho que valorize a criatividade e a individualidade do educador, em vez de restringi-lo a um modelo padrão.

A imposição de diretrizes tecnológicas também pode impactar a relação entre educadores e alunos. Quando os professores são forçados a utilizar recursos sem a devida preparação, a experiência de aprendizado pode ser prejudicada, afetando negativamente o engajamento dos estudantes. Um estudo de Araújo (2021) indica que a frustração dos educadores em lidar com tecnologias inadequadas ou mal implementadas se reflete na motivação e no desempenho dos alunos, criando um ciclo vicioso que compromete a qualidade da educação.

Por fim, é crucial que as políticas educacionais abordem a formação contínua dos educadores como parte integrante da implementação de tecnologias. Investir em capacitação não apenas ajuda a aliviar a pressão sobre os profissionais, mas também garante que os recursos sejam utilizados de forma eficaz e significativa.

3 Reflexões sobre a imposição de recursos na educação

A obrigatoriedade do uso de recursos tecnológicos na educação, conforme estabelecido pelo Decreto nº 984, levanta questões éticas significativas, principalmente em relação à autonomia docente e à liberdade pedagógica. O uso de tecnologias não deveria ser visto apenas como uma exigência a ser cumprida, mas sim como uma oportunidade de enriquecer o processo educativo. No entanto, a imposição de diretrizes rígidas pode limitar a capacidade dos educadores de inovar e adaptar suas abordagens ao contexto específico de suas turmas.

Além disso, é fundamental que as políticas educacionais promovam um diálogo aberto sobre as diretrizes tecnológicas. Essa comunicação deve envolver todos os participantes, incluindo educadores, alunos e gestores, de modo a criar um ambiente colaborativo onde as preocupações éticas possam ser discutidas. A inclusão dos educadores nesse processo é crucial, pois eles são os principais responsáveis pela implementação das práticas pedagógicas e, portanto, devem ter voz nas decisões que os afetam.

A imposição de recursos tecnológicos no ambiente educacional, como definido pelo Decreto nº 984, suscita uma série de sentimentos e percepções entre os educadores. Muitos professores expressam preocupações sobre sua capacidade de integrar essas tecnologias de forma eficaz em suas práticas pedagógicas. A pressão para atender às metas estabelecidas pelo governo gera um clima de ansiedade e insegurança, uma vez que os educadores sentem que suas habilidades estão sendo constantemente avaliadas por métricas que podem não refletir a qualidade real do aprendizado dos alunos (Dias & Silva, 2020).

Essa ansiedade é frequentemente exacerbada pela falta de formação contínua em tecnologias educacionais. Muitos professores relatam sentir-se desamparados, uma vez que não receberam o suporte necessário para utilizar os recursos de maneira significativa.

Este foco em resultados imediatos pode encobrir a colaboração e a troca de experiências, essenciais para o crescimento profissional e pessoal. Apple (2006) levanta a questão de como a autonomia docente pode ser comprometida, levando os professores a priorizar a conformidade com diretrizes externas em detrimento de suas práticas pedagógicas autênticas. Assim, a natureza colaborativa do trabalho docente pode ser prejudicada.

A obrigatoriedade do uso de recursos tecnológicos também levanta preocupações éticas significativas. Quando os educadores são forçados a adotar tecnologias sem a devida preparação, o engajamento dos alunos pode ser negativamente afetado. Araújo (2021) aponta que a frustração dos educadores em lidar com tecnologias inadequadas reflete-se na motivação e no desempenho dos estudantes, criando um ciclo vicioso que compromete a qualidade da educação. É essencial que as políticas educacionais considerem essas dinâmicas ao implementar diretrizes tecnológicas.

A resistência à imposição de recursos tecnológicos pode, em última análise, resultar em um uso superficial da tecnologia, onde os educadores se concentram mais em atender às exigências do governo do que em proporcionar uma experiência educacional rica e significativa. A reflexão crítica sobre a adoção de tecnologias é crucial, pois permite que os educadores analisem as implicações de suas práticas e reconsiderem como podem utilizar os

recursos de maneira mais eficaz. Hattie (2009) enfatiza que a tecnologia deve ser um mediador do conhecimento, e não um mero adereço.

Para que a integração de recursos tecnológicos na educação seja bem-sucedida, é fundamental que haja um equilíbrio entre a imposição governamental e a autonomia do educador. Os professores devem ter a liberdade de escolher os recursos que melhor atendem às necessidades de seus alunos e que se alinhem com suas próprias filosofias de ensino. Essa liberdade pode ser um incentivo para a inovação pedagógica e a experimentação, criando um ambiente educacional mais dinâmico e responsivo.

A formação continuada deve ser vista como um componente essencial na implementação de recursos tecnológicos. Sem essa abordagem, a obrigatoriedade do uso de tecnologias corre o risco de se tornar uma mera formalidade, sem impacto positivo no processo de ensino-aprendizagem.

4 Considerações finais

As reflexões apresentadas neste artigo evidenciam a complexa relação entre a imposição de recursos tecnológicos na educação e as percepções dos educadores. O Decreto nº 984, ao regulamentar o uso dessas tecnologias, traz à tona questões cruciais sobre a autonomia docente, a formação continuada e as implicações éticas associadas a essa obrigatoriedade. A implementação de tecnologias no ambiente escolar deve ser pensada de forma estratégica e sensível, considerando as realidades vividas pelos profissionais da educação.

A necessidade de capacitação contínua para os educadores se torna ainda mais evidente. A falta de suporte e formação adequada pode resultar em resistência ao uso de tecnologias, criando um ciclo vicioso que prejudica não apenas o desenvolvimento profissional dos educadores, mas também a experiência de aprendizado dos alunos. Para que a tecnologia efetivamente enriqueça o processo educativo, é imperativo que as políticas educacionais invistam em programas de formação que abordem as necessidades específicas dos educadores.

Além disso, a imposição de recursos tecnológicos deve ser acompanhada de um ambiente de trabalho que promova a colaboração e a troca de experiências entre os educadores. Um clima de competitividade, alimentado pela pressão por resultados imediatos, pode ser prejudicial ao desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras. A valorização da criatividade e da individualidade dos educadores é fundamental para garantir que a tecnologia seja utilizada de forma significativa e contextualizada.

Outro aspecto relevante é a necessidade de um diálogo aberto entre educadores, gestores e alunos sobre as diretrizes tecnológicas. A participação ativa dos educadores nas discussões

sobre a implementação de recursos é crucial para que se sintam valorizados e parte do processo. Esse diálogo pode contribuir para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e responsivo às necessidades dos alunos.

A reflexão crítica sobre a utilização de tecnologias na educação é indispensável para a formação de educadores mais autônomos e conscientes de suas práticas. Essa reflexão deve incluir a análise das implicações éticas e pedagógicas da imposição de recursos, bem como o impacto que isso pode ter no engajamento e na motivação dos alunos. A tecnologia pode ser uma aliada poderosa no processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, é crucial que as políticas educacionais adotem uma abordagem mais holística em relação à tecnologia, considerando a formação dos educadores como parte integrante da implementação de recursos. Sem essa abordagem, corre-se o risco de que a imposição de tecnologias se torne uma formalidade sem impacto positivo real. Portanto, é fundamental que a educação não apenas adapte-se às demandas tecnológicas, mas também promova uma transformação que respeite a autonomia e o desenvolvimento profissional dos educadores.

Concluimos que a integração de recursos tecnológicos na educação deve ser uma prática pensada de forma colaborativa, crítica e reflexiva, para que não apenas atenda às exigências governamentais, mas também enriqueça o processo educativo de forma significativa. O futuro da educação depende de nossa capacidade de equilibrar a imposição de tecnologias com a autonomia e a formação contínua dos educadores, criando um ambiente onde o aprendizado possa prosperar.

Referências

ARAÚJO, A. S. (2021). *A Frustração dos Educadores e o Engajamento dos Alunos na Era Digital*. Revista Brasileira de Educação, 26(1), 123-145.

ARAÚJO, T. (2021). *Impactos da Formação Continuada no Uso de Tecnologias Educacionais: Um Estudo em Escolas Públicas*. Educação e Pesquisa, 47(1), 55-72.

APPLE, M. W. (2006). *Educating the "Right" Way: Markets, Standards, God, and Inequality*. Routledge.

BRASIL. Decreto nº 984, de 27 de agosto de 2024. Regulamenta a Gratificação Anual por Eficiência e Resultado relativo ao ano de 2024 dos Profissionais da Educação Básica e dos demais servidores lotados na Secretaria de Estado de Educação. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 2024. Disponível em: <https://cos.seduc.mt.gov.br/documents/d/cos/gr-iomat>. Acesso em: 29/09/2024.



CARVALHO, L. M. (2018). *Educação e Competição: O Desafio da Colaboração no Ensino*. Educação & Sociedade, 39(142), 231-248.

CUNHA, I. F. (2018). O Estresse no Trabalho Docente: Causas e Consequências. *Revista Brasileira de Educação*, 23(69), 267-284.

CUNHA, A. (2018). *O Estresse e a Ansiedade na Prática Docente*. Educação & Sociedade, 39(143), 1-19.

DIAS, M. R., & SILVA, P. (2020). *A Pressão por Resultados na Educação: Desafios e Perspectivas para os Educadores*. Revista Brasileira de Educação, 25(77), 123-145.

DIAS, L. G., & SILVA, P. R. (2020). *A Pressão pela Eficiência e suas Consequências na Educação*. Educação & Sociedade, 41(148), 657-678.

HATTIE, J. (2009). *Visible Learning: A Synthesis of Over 800 Meta-Analyses Relating to Achievement*. Routledge.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2024). *Políticas de Educação Digital: Avanços e Desafios*. Brasília: MEC.

MORAN, J. M. (2013). *Educação e Tecnologia: O Que É Preciso Saber*. São Paulo: Papirus.

PRINSKY, M. (2001). Digital Natives, Digital Immigrants. *On the Horizon*, 9(5), 1-6.